

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada no
dia 28 de janeiro de 2026**

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões do Centro Municipal de Proteção Civil, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo, o Vice-Presidente, Adelino da Silva Cunha, e a/os Vereadora/es, Ana Genoveva da Silva Araújo, que participou na reunião por via telemática, recorrendo à plataforma Microsoft Teams, Diogo Carrasqueiras Pereira, e António Manuel da Cunha Martins. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas 10h00 (dez horas). -----

Por determinação do senhor Presidente, secretariou esta reunião a Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, Liliana Clementina Machado de Sousa. -----

Seguidamente, o senhor Presidente colocou a ata da reunião do dia 12 (doze) de janeiro de 2026 (dois mil e vinte e seis) à consideração dos/a senhores/a vereadores/a e, não tendo sido feito qualquer reparo, foi a mesma posta a votação, sendo aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

No período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente solicitou a presença de Manuel Martins, Chefe de Divisão das Obras Municipais, Águas e Saneamento (DOMAS), para, sobre o assunto inscrito no ponto 4 da Ordem do Dia “Abertura de Concurso Público para a Reconstrução e Ampliação de Pavilhão Destinado a Armazém e Serviços Municipais”, apresentar informação técnica sobre o referido projeto e esclarecer, caso existam, dúvidas sobre o mesmo. -----

Sobre este assunto, o senhor Presidente começou por apresentar, em formato PowerPoint, as principais características do projeto, os serviços e resposta municipais previstas para o espaço, o orçamento e o seu financiamento. -----

Tratando-se de uma empreitada estimada em 1.223.930,72€ (um milhão, duzentos e vinte e três mil, novecentos e trinta euros e setenta e dois cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, a competência para autorizar a despesa e aprovar as peças do

procedimento (projeto, programa de concurso e caderno de encargos) é da Câmara Municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Prevê-se que esta obra seja financiada em 500.000,00€ (quinhentos mil euros) pelo Contrato-Programa subscrito entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e o Município, em 600.000,00€ (seiscentos mil euros) através do empréstimo bancário e o restante será suportado do orçamento municipal. -----

Para a concretização deste projeto, e com o objetivo de criar um futuro parque industrial, foi necessário a aquisição de um terreno. O edifício que se apresenta à esquerda do projeto agora a executar, encontra-se inacabado e será, futuramente, uma “incubadora de empresas”.-----

O Pavilhão destinado a Armazém e Serviços Municipais acolherá o estacionamento de todas as máquinas e viaturas do Município, o armazém municipal, bem como todos os serviços operacionais e a, futura, polícia municipal. Esta estrutura, para além de criar melhores condições quer operacionais quer de logística, vem garantir melhores condições de trabalho a todos/as os/as funcionário/as. Este edifício possuirá cantina e refeitório, balneários e vestiários devidamente apetrechados, instalações sanitárias, zona específica para a lavagem e limpeza das viaturas municipais, gabinetes de trabalho e zona de estacionamento das viaturas de quem lá trabalhará. -----

Seguidamente, usou da palavra o senhor Chefe de Divisão das Obras Municipais, Águas e Saneamento, Manuel Martins, a pedido do senhor Presidente, explicando que o objetivo deste projeto é colmatar um conjunto de lacunas que a Câmara Municipal possui a nível do serviço de armazém, máquinas e viaturas, bem como da melhoria das condições de trabalho e de gestão do pessoal operário.-----

Em síntese, o projeto prevê a reconstrução de um edifício existente (antiga fábrica) composto por semicave, rés-do-chão e andar, com a área total de 1.560 m² (mil quinhentos e sessenta metros quadrados), bem como a ampliação do mesmo (ao nível da cave e rés-do-chão) com uma área bruta de 1.456 m² (mil e quatrocentos e cinquenta e seis metros quadrados), o que perfaz um total de 3.016 m² (três mil e dezasseis metros quadrados). -

Para além da área coberta, a intervenção prevê ainda a instalação de um conjunto de valências no espaço exterior, nomeadamente estacionamento de viaturas pesadas, estaleiro,

lavagem de viaturas, ocupando uma área a rondar os 1.450 m² (mil quatrocentos e cinquenta metros quadrados).-----

O edifício será composto pelos 3 (três) pisos preexistentes, sendo que a zona a ampliar terá apenas 2 (dois), cave e rés-do chão.-----

No que respeita à organização espacial, o programa foi definido nos seguintes moldes:

- Cave, com 572 m² (quinhentos e setenta e dois metros quadrados), destinada a arquivo documental;-----

- R/chão, com cerca de 2.000 m² (dois mil metros quadrados) e que será composto por refeitório, cozinha, copa, despensa, sanitários/balneários de pessoal (masculinos e femininos), receção, espaços de trabalho/oficinas (mecânica, carpintaria, serralharia, pichelaria entre outras) e estacionamento de viaturas; -----

- Piso superior, com cerca de 242 m² (duzentos e quarenta e dois metros quadrados) e que contempla zona administrativa, gabinetes, sanitários, sala de formação, sala de reuniões e espaço de arquivo. -----

Em termos estéticos, o edifício foi desenhado tendo por base uma linguagem arquitetónica contemporânea, ainda que do tipo industrial.-----

A previsão orçamental inicial da obra era de 990.000,00€ (novecentos e noventa mil euros). No entanto, com a inflação e com a revisão de algumas lacunas do projeto, nomeadamente quanto ao sistema de AVAC e estabilidade, pois o estudo geotécnico indicou a necessidade da construção de fundações maiores e de uma solução mais complexa, a estimativa orçamental, presentemente, é de cerca de 1.224.000,00€ (um milhão duzentos e vinte e quatro mil euros).-----

Sobre este assunto, o senhor Presidente agradeceu a informação prestada pelo senhor Chefe de Divisão Manuel Martins, e questionou os/a senhores/a vereadores/a se gostariam de intervir ou pedir algum esclarecimento.-----

Por conseguinte, o senhor vereador Diogo Pereira pediu o uso da palavra, iniciando a sua intervenção cumprimentando todos/as os/as presentes e manifestando agrado por conhecer, pessoalmente e enquanto Vereador, o senhor Chefe de Divisão Manuel Martins. Prosseguindo, referiu que, do ponto de vista formar, a proposta apresentada sobre este assunto na Ordem de Trabalhos corresponde ao que deve acontecer com todas as propostas sujeitas a deliberação do executivo municipal. Uma vez que a proposta é

composta por inúmeras peças, não ficou esclarecido quanto ao prazo de execução. Atendendo à tramitação exigida em termos de procedimento concursal e de adjudicação da obra, depreende que a obra demorará a iniciar e, conseqüentemente, estará ao serviço dos trabalhadores apenas no próximo ano. No entanto, afirmou que o seu sentido de voto da proposta de abertura de procedimento concursal para a execução da empreitada de “Reconstrução e ampliação de pavilhão destinado a armazém e serviços municipais” será favorável, pela expansão do Parque Industrial da Balança e pelo aproveitamento do financiamento previsto. -----

Respondendo, o senhor Chefe de Divisão Manuel Martins disse que o prazo estimado de execução da obra é de 6 (seis) a 12 (doze) meses, no entanto, atendendo à sua experiência no acompanhamento de obras, considera que não será inferior a 9 (nove) meses. -----

Acrescentando, o senhor Presidente informou que, no que concerne a prazos, todo o processo é muito moroso e trabalhoso, pois foi necessário adquirir o pavilhão, adquirir o terreno, elaborar o projeto, abrir processo concursal para empreitada e trabalhar no processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Tudo isto exige um grande empenhamento dos técnicos municipais envolvidos, a quem o senhor Presidente agradece e, em especial ao senhor arquiteto Manuel Martins, todo o trabalho e esforço aplicado a todo este processo. -----

Continuando e ainda no período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente informou os/a senhores/a Vereadores/a das atividades, iniciativas e outras situações ocorridas e a decorrer no Município, tendo comunicado: -----

- O Município de Terras de Bouro marcou presença na FITUR (Feira Internacional de Turismo), em Madrid, entre os dias 22 (vinte e dois) e 26 (vinte e seis) de janeiro, através dos stands do consórcio “Amar o Minho” e do Turismo Porto e Norte, no espaço oficial do Turismo de Portugal. Estiveram presentes no evento o senhor Presidente, Manuel Tibo, o senhor Vice-Presidente, Adelino Cunha, o senhor Vereador, António Cunha, e o senhor Chefe de Divisão de Educação, Turismo, Cultura e Desporto, Cristóvão Carvalho.

- Está agendada para o próximo dia 10 (dez) de fevereiro uma visita do senhor Secretário do Turismo, o qual reunirá com os cinco municípios do Parque Nacional da Peneda-Gerês. -----

- Decorrerá, entre o dia 30 (trinta) de janeiro e o dia 2 (dois) de fevereiro, o XXV (vigésimo quinto) Encontro Nacional dos Vigilantes da Natureza, organizado pela

Associação Portuguesa de Guardas e Vigilantes da Natureza. Para este encontro, que celebra as 25 (vinte e cinco) edições com o mote "Bodas de Prata", a organização solicitou ao Município a atribuição de um apoio financeiro para custear as despesas de transporte, alojamento e alimentação, bem como a cedência do Auditório do Centro de Animação Turística do Gerês. Prevê-se a participação de cerca de 120 (cento e vinte) profissionais, e será, certamente, um evento que contribuirá para a economia local. -----

- Entre os dias 25 (vinte e cinco) e 27 (vinte e sete) de janeiro decorreu o Encontro Anual de Colaboradores/as da Movijovem, na Pousada de Juventude do Gerês, no Campo do Gerês, reunindo cerca de 100 (cem) profissionais de todo o país. O senhor Presidente e o senhor Vereador António Cunha marcaram presença neste evento no dia 26 (vinte e seis), aquando da visita da senhora Secretária de Estado Adjunta da Juventude e da Igualdade, Carla Rodrigues -----

- No Auditório Municipal de Terras de Bouro realizou-se, no passado dia 25 (vinte e cinco) de janeiro, uma das mais emblemáticas manifestações da cultura popular da região: o XXV (vigésimo quinto) Encontro Concelhio de Cantares de Natal e de Reis. Participaram neste evento 11 (onze) grupos/instituições/associações, nomeadamente a Banda Musical de Carvalheira, as Cantadeiras de Campo do Gerês, o Grupo de Cavaquinhos "Siga a Rusga" da Associação Desportiva e Recreativa de Carvalheira, a Associação d'Os Pesqueirenses, a Associação Sociocultural e Desportiva de Paradela-Valdosende, o Grupo Coral de Chorense, o Grupo Desportivo de Valdosende, a Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Marinha de Valdosende, a Comissão de Festas e o Grupo de Jovens da Igreja Evangélica Metodista de Valdosende, e "Os Amigos de Carvalheira". Este evento musical foi um extraordinário momento de alegria, permitindo vivenciar intensamente as nossas tradições.-----

- Foi autorizada a despesa de cerca de 140.000,00€ (cento e quarenta mil euros) para fornecimento e instalação de guardas (rail's) na rede viária municipal, por forma a melhorar a segurança rodoviária. Esta despesa inclui a instalação de rail's metálicos numa extensão de 4.700 m (quatro mil e setecentos metros lineares), dos quais 400 m (quatrocentos metros lineares) são resguardos que o município já dispõe em armazém, e que, após ligeiras reparações, serão reutilizados. -----

- Foi autorizada a despesa para a aquisição de 30 (trinta) contentores para o acondicionamento de resíduos sólidos urbanos, no valor de 4.050,00€ (quatro mil e

cinquenta euros), acrescidos de IVA, e 400 (quatrocentos) compostores domésticos, no valor de 18.000,00€ (dezoito mil euros), acrescidos de IVA.-----

- No âmbito do protocolo de colaboração entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a EDP Produções, está previsto o Município de Terras de Bouro receber uma verba de cerca de 138.000,00€ (cento e trinta e oito mil euros), mediante a apresentação de um projeto. Para o efeito, foi apresentado o projeto “Extensão de Saúde de Rio Caldo”.

- No dia 20 (vinte) de janeiro foi assinado o auto de consignação da empreitada de “Beneficiação do Caminho Florestal Guarda / Albergaria | Ordenamento da Visitação”. Esta obra foi adjudicada à PAVIMOGEGE – Empreiteiros de Construção Civil e representa um investimento municipal de 791.877,75€ (setecentos e noventa e um mil, oitocentos e setenta e sete euros e setenta e cinco cêntimos), acrescidos de IVA.-----

- Nos dias em que se registou queda de neve no território, devido ao intenso trabalho de limpeza e de desobstrução das estradas, realizado pelos funcionários municipais no âmbito da Proteção Civil, a rede viária do concelho manteve-se totalmente transitável e segura para a circulação.-----

- Na sequência de queda de árvores e a derrocadas, nestes últimos dias de tempestade, a Câmara Municipal, no âmbito da Proteção Civil, tem contratado serviço externo de maquinaria para a realização de limpezas e desobstrução de vias. Através da EIP (Equipa de Intervenção Permanente), estão profissionais em permanente prontidão e alerta para intervir em situações urgentes e emergente resultantes das adversas condições climática.

- As Eleições Presidenciais 2026 (dois mil e vinte e seis), realizadas no dia 22 (vinte e dois) de janeiro, decorreram com normalidade. A segunda volta desta eleição, por voto antecipado, realizar-se-á no próximo domingo, dia 1 (um) de fevereiro, na sede da Junta de Freguesia de Moimenta e na Escola Básica de Paredes, em Rio Caldo.-----

- Sobre o reinício do procedimento de alteração do Plano de Pormenor da Caniçada, já se encontra publicada em Diário da República a deliberação da Câmara, de 3 (três) de dezembro, para formalização de sugestões e para apresentação de informações, por parte dos interessados, sobre este procedimento.-----

- Foi remetido para os proprietários da “Quinta dos Galegos”, sita no lugar de Vau, freguesia da Ribeira, a minuta do contrato de compra e venda, encontrando-se a Câmara

a aguardar pronuncia sobre o mesmo, com o objetivo de formalizar a compra do referido imóvel. -----

- Com vista ao alargamento do Domínio Público Municipal, pretende-se adquirir uma parcela de terreno com cerca de 1.600 m² (mil e seiscientos metros quadrados), propriedade do Centro de Solidariedade Social de Valdosende, pelo valor de 54.000,00€ (cinquenta e quatro mil euros). Esta aquisição beneficiará as condições de estacionamento no lugar do Assento em Valdosende, e tem sido tratada, no âmbito do urbanismo, pelo senhor Vice-Presidente, Adelino Cunha, a quem o senhor Presidente muito agradece o trabalho e empenho neste processo. -----

- Foi autorizada a despesa para a elaboração dos projetos de execução para as obras de reabilitação dos Postos Territoriais da GNR de Terras de Bouro e do Gerês. Os projetos serão executados de acordo com as orientações definidas pela Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna nas reuniões tidas com os técnicos da DOMAS.----

- Foi autorizada a abertura de procedimento de Ajuste Direto para o Fornecimento e Aplicação de Caixilharias de Alumínio na Escola Básica de Terras de Bouro, com o preço base de 10.196,00€ (dez mil, cento e noventa e seis euros). Esta obra permitirá o fecho das paredes laterais do recreio coberto do Centro Escolar, garantindo maior conforto às crianças. -----

- Foi recebido um Despacho do Ministério da Educação, Ciência e Inovação sobre a requalificação e modernização do parque escolar público, referindo que a Escola Básica e Secundária é elegível ao Aviso publicado pela CCDR Norte, garantindo assim a possibilidade de apresentar candidatura, até ao próximo dia 30 de junho, para financiamento de obras de reabilitação. -----

- Foi autorizada a abertura de procedimento de consulta prévia para a prestação de serviços de elaboração de projetos de reabilitação e eficiência energética, incluindo a gestão técnica, do Centro de Animação Turística e do Museu da Geira, com um valor base de 36.000,00€ (trinta e seis mil euros). -----

- Foi autorizada a cabimentação da despesa para a prestação de serviços e fornecimentos correntes da Câmara Municipal, para o presente ano, nomeadamente para fornecimento de eletricidade, para serviço de correspondência efetuada pelo CTT – Correio de Portugal, entre outros. -----

- Foi autorizada a cabimentação da despesa para o processo de esterilização de gatídeos errantes, com o objetivo de gerir e controlar a população destes animais. -----

- No próximo dia 4 (quatro) de fevereiro realizar-se-á a reunião do Conselho Local de Ação Social (CLAS) da Rede Social de Terras de Bouro. -----

- Foi apresentado o relatório anual de atividades de 2025 (dois mil e vinte e cinco) da Rede Intermunicipal de Proteção e Apoio à Vítima (RIPAV), mais concretamente do Gabinete de Apoio à Vítima e da Resposta de Apoio Psicológico em Terras de Bouro.---

Terminada a sua intervenção, o senhor Presidente perguntou aos/à senhores/a Vereadores/a se queriam usar da palavra para pedir algum esclarecimento ou apresentar algum assunto. Foi respondido que sim pelo senhor Vereador Diogo Pereira. -----

Usando da palavra, o senhor Vereador Diogo Pereira referiu que, sobre o prazo de execução da Obra de Reconstrução e Ampliação de Pavilhão Destinado a Armazém e Serviços Municipais, é normal a sua definição e deseja que este investimento seja colocado, o mais rapidamente possível, ao serviço dos/as trabalhadores/as. -----

Sobre o seu sentido de voto das propostas apresentadas na Ordem de Trabalhos, referiu o seguinte: -----

- Tem defendido a inclusão de mais informação e fundamentação nas propostas, isto porque *“gerir um Município não é a mesma coisa que gerir uma mercearia”*-----

- Um bom exemplo é a proposta apresentada no ponto 4 “Concurso Público- Reconstrução e ampliação de pavilhão destinado a armazém e serviços municipais”, sobre a qual não *“tenho pudor em votar a favor”* quer pela forma como é a apresentada quer pela pertinência do projeto.-----

- Sobre o ponto 1 “Declaração de Compromissos Plurianuais – 2025”, a declaração apresentada não tem informação concreta dos compromissos plurianuais, designadamente quais são. -----

- Na declaração de recebimentos em atraso, a 31 (trinta e um) de dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), apenas consta o valor, 214.031,67€ (duzentos e catorze mil e trinta e um euros e sessenta e sete cêntimos), não referindo quem são os devedores e o tipo de dívida. Esta ausência de informação não permite avaliar se são dívidas em risco de prescrição, *“pois é importante evitar erros do passado, nomeadamente do tempo do Presidente Joaquim Cracel”*. -----

- O Ponto 7 da Ordem de Trabalhos, atribuição de apoio financeiro pela realização da visita pascal às instalações da Câmara Municipal, o seu voto será contra por não respeitar o princípio da laicidade do Estado. -----

- Relativamente ao apoio para o XXV (vigésimo quinto) Encontro Nacional dos Vigilantes votará, também, contra, porque não tem quantificado os valores concretos do apoio, considerando esta proposta “*um cheque em branco*”. Todas as propostas têm de estar devidamente informadas quanto a valores e número de participantes. -----

- Relativamente às propostas apresentadas nos pontos de 9 a 14, o seu sentido de voto é a abstenção porque não dispõem de informação suficiente, nomeadamente os critérios de quantificação dos apoios, a racionalidade na atribuição do montante dos apoios e se os mesmos foram solicitados pelas próprias entidades. “*No caso da Banda de Carvalheira, por exemplo, quanto alunos possui, quantas deslocações fazem, etc.?*”.-----

Respondendo aos assuntos referidos pelo senhor Vereador Diogo Pereira, o senhor Presidente esclareceu: -----

- Relativamente ao apoio para o XXV Encontro Nacional dos Vigilantes, estima-se um apoio de 15.000,00€ (quinze mil euros) para transporte, alojamento e refeições. Contudo, não é possível, neste momento, definir valor concretos. Estes valores serão apresentados com rigor no relatório final a apresentar na próxima reunião de Câmara. Há sempre oportunidade de esclarecer e discutir todas as propostas em reunião, antes da sua deliberação, em complemento à informação prestada pelos documentos enviados. -----

- Sobre o sentido de voto do senhor Vereador Diogo Pereira relativo às propostas de atribuição de apoio financeiro ao Grupo Desportivo de Rio Caldo, às Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa do concelho de Terras de Bouro, à Banda Musical de Carvalheira, à Associação Florestal do Vale do Cávado, à Associação Florestal do Vale do Homem e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro, o senhor Presidente demonstrou grande indignação, proferindo “*O senhor Vereador não sente esta terra, o senhor Vereador não vive cá, o senhor Vereador não conhece a realidade da nossa terra, a dinâmica das nossas instituições e associações. Não admito que ponha em causa a nossa seriedade*”. Esclareceu ainda que os valores dos apoios são iguais aos dos anos anteriores. “*O senhor vereador nem programa eleitoral tem, confia no nosso*”. Continuando, o senhor Presidente referiu que, com uma boa gestão e apesar do diminuto orçamento desta Câmara Municipal, tem-se concretizado nos últimos anos muito projetos,

e que o apoio às coletividades e associações têm de se manter, caso contrário perder-se-ão as pessoas que, de forma voluntária, dedicam o seu tempo às instituições e associações e, conseqüentemente, o nosso concelho perderá dinamismo. *“Garanto-lhe que darei tudo de mim ao meu Concelho.”* -----

Sobre esta matéria, e em concreto sobre o apoio financeiro ao Grupo Desportivo de Rio Caldo, a senhora Vereadora Ana Araújo, também, pediu o uso da palavra, referindo que este apoio não foi solicitado pela instituição, nem tinha de ser, mas sim proposto pelo município e esclarece. *“Quando a Escola de Música do Município de Terras de Bouro começou, no executivo do Dr. Joaquim Cracel, a mesma só existia em Moimenta.-----*

Com o atual executivo, liderado por Manuel Tibo e comigo como Vereadora da Cultura, decidimos, até por uma questão de equidade, descentralizar a escola e leva-la até ao Vale do Cávado. -----

No Gerês a Câmara Municipal tem instalações no Centro de Animação Turística e em Rio Caldo tem a Escola Básica de Rio Caldo. No entanto, sendo necessário um espaço para a Escola de Música e sendo as aulas lecionadas, muitas vezes, depois do período letivo, surgiu a ideia de as aulas serem no Grupo Desportivo e Recreativo de Rio Caldo, ideia que a Direção acolheu de imediato a título gracioso. -----

Nos dois primeiros anos não foi dado nenhum apoio àquela Associação. -----

Uma vez que o professor Pinho usa as instalações várias horas por semana, que o Grupo Desportivo de Rio Caldo tem despesas com luz, nomeadamente aquecimento, a limpeza do espaço, inclusive tiveram despesas adicionais com a colocação de luzes no palco, despesas com questões elétricas e com outro material, achei justo a Câmara Municipal atribuir um subsídio e falei com o Sr. Presidente nesse sentido, que concordou. Se tivéssemos que alugar um espaço teríamos despesa. Ademais, o professor Pinho tem chave do espaço e deixa lá ficar todo o material, ora tudo isto tem de ser compensado e não tem de ser a própria associação a pedir, mas o município a propor, face à situação concreta. -----

Informo, ainda, que o apoio só começou a ser de 2.500 € (dois mil e quinhentos euros) anual no ano passado, anteriormente o apoio foi de 1.000 € (mil euros) ou 1.500 € (mil e quinhentos euros), mas isso os serviços podem confirmar ao senhor Vereador.-----

Em suma, uma vez que a Escola de Música usufrui das suas instalações para aulas e espetáculos, apesar do dinamismo daquele espaço através das inúmeras aulas de Música

e do reconhecido espírito de colaboração demonstrado pela coletividade, a sua utilização representa despesas para aquela associação, nomeadamente com a eletricidade, a limpeza, a manutenção do espaço, bem com o apetrechamento do espaço com sistema de aquecimento e do palco com luminárias.-----

Quanto ao apoio à Banda Musical de Carvalheira, trata-se de um apoio à “nossa Banda”, uma banda centenária, que completa este ano 187 (cento e oitenta e sete anos) de atividade musical ininterrupta. É, reconhecidamente, um dos maiores ícones culturais do nosso concelho, e tem sido uma importante escola de formação de jovens músicos. --

No que concerne aos apoios às delegações da Cruz Vermelha, nomeadamente a de Rio Caldo que é já uma referência a nível nacional, deve o Município fazê-lo pela enorme importância que tem e pelo trabalho que desenvolvem.-----

Relativamente aos Bombeiros, protocolo que orgulhosamente assino, o trabalho que fazem fala por si, assim como a enorme importância que tem na comunidade, e a Câmara Municipal só tem de apoiar!”-----

De seguida, o senhor Vereador Diogo Pereira solicitou, novamente, o uso da palavra, afirmando que “*não vivo em Terras de Bouro há quinze anos, pois não tive garantidas as condições para me fixar aqui, mas sou de Terras de Bouro. E pergunto: o que é que o atual executivo tem feito para garantir que pessoas como eu se fixem ou regressem a Terras de Bouro. Eu até poderia ser da China, mas exerço funções com um mandato que me foi confiado pelo Terrabourenses*”. Acrescentou ainda que tem, e sempre teve, morada em Terras de Bouro e, no domínio fiscal, os seus impostos são pagos no concelho, independentemente de saber que um dia seria candidato à Câmara Municipal. Disse que já participou numa Assembleia Municipal, mas que esta participação cívica teve de ser interrompida pela incompatibilidade com as funções que passou a exercer no Tribunal de Contas. -----

Quanto ao programa eleitoral, referiu que tinha um flyer com 20 (vinte) medidas propostas, no entanto não possuía orçamento para elaborar um manifesto com capa rija como o do Partido Social Democrata (PSD). Para além disso, fez uma pesquisa nos meios digitais e não encontrou o programa do PSD das duas anteriores eleições, pois queria verificar se, à semelhança dos Documentos Previsionais, os projetos não são sucessivamente repetidos.

Respondendo, o senhor Presidente informou que existiu em todas as eleições programa eleitoral, mas poderá não estar disponível digitalmente, e que os projetos vão se realizando sempre de acordo com uma gestão rigorosa e mediante a disponibilidade de verba para os concretizar. -----

Sendo 11h30 (onze horas e trinta minutos) e não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----